

# As três Igrejas dos Homens Pretos

## e sua inserção urbana na São Paulo de Piratininga (XVIII-XIX)

Fabricio Forganés Santos,  
Nilson Ghirardello\*

**Resumo** Este trabalho investiga a história urbana das três Igrejas de Homens Pretos que foram erguidas em São Paulo de Piratininga: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia e a Igreja de São Benedito. Vistas pela Igreja como dispositivos de controle dos escravizados, a apropriação estratégica que o povo preto fez destes prédios corroborou para a fundação de importantes redutos negros no plano urbano paulistano, razão das muitas disputas territoriais. Utilizando como metodologia o cruzamento de fontes manuscritas e iconográficas, busca-se desenvolver uma nova narrativa acerca destes lugares do catolicismo negro, apontando a relevância de suas implantações como uma das justificativas para as expropriações ocorridas nos anos pós-abolição.

*Palavras-chave:* Igrejas dos Homens Pretos, São Paulo, história da cidade.

### Las tres Iglesias de los Hombres Negros y su inserción urbana en São Paulo de Piratininga (XVIII-XIX)

**Resumen** Este trabajo investiga la historia urbana de las tres Iglesias de Hombres Negros que se construyeron en São Paulo de Piratininga: la Iglesia de Nuestra Señora del Rosário de los Hombres Negros, la Iglesia de Nuestra Señora de la Concepción y Santa Efigênia y la Iglesia de San Benedito. Vistos por la Iglesia como dispositivos para controlar a los esclavizados, la apropiación estratégica que los negros hicieron de estos edificios corroboró para la fundación de importantes redutos negros en el plan urbanístico paulista, motivo de las múltiples disputas territoriales. Utilizando como metodología el cruce de fuentes manuscritas e iconográficas, buscamos desarrollar una nueva narrativa sobre estos lugares del catolicismo negro, señalando la relevancia de sus implantaciones como una de las justificaciones de las expropiaciones ocurridas en los años post-abolición.

*Palabras clave:* Iglesia de los Hombres Negros, São Paulo, historia de la ciudad.

### The three Churches of the Black Men and their urban insertion in São Paulo de Piratininga (XVIII-XIX)

**Abstract** This work investigates the urban history of the three Churches of Black Men that were built in São Paulo de Piratininga: the Church of Our Lady of The Rosary of Black Men, the Church of Our Lady of Conception and Santa Efigênia and the Church of São Benedito. Seen by the Church as devices to control the enslaved, the strategic appropriation that the black people made of these buildings corroborated for the foundation of important black strongholds in the São Paulo urban plan, reason of the many territorial disputes. Using as a methodology the crossing of handwritten and iconographic sources, we seek to develop a new narrative about these places of black Catholicism, pointing out the relevance of their implantations as one of the justifications for the expropriations that occurred in the post-abolition years.

*Keywords:* Church of Black Men, São Paulo, city history.

## Irmandades negras nas terras de Piratininga: gênese urbana

Assim como aconteceu nas demais regiões brasileiras, na vila de São Paulo de Piratininga a criação de irmandades para os povos pretos também se deu de maneira simultânea às temporalidades econômicas, estando o marco inaugural nas primeiras décadas do século XVIII, quando a economia paulista requereu um importante contingente de trabalhadores negros. Embora tal categoria de escravizados, àquela época, não estivesse na posse de toda classe dominante, a concentração deles entre os religiosos pode ter favorecido a organização das primeiras irmandades negras de São Paulo, principalmente pela responsabilidade que o clero tinha no fomento do catolicismo entre os africanos que circulavam no planalto de Piratininga. Todavia, não obstante o interesse por esse povo que atravessava a cidade, segundo a pesquisa de Silveira Camargo (1953), a primeira irmandade negra de toda São Paulo teria sido fundada pelos beneditinos para seus próprios escravizados, inaugurando no ano de 1711 a devoção à Nossa Senhora do Rosário entre os pretos paulistas (CAMARGO, 1953, p. 270).

Em meados dos setecentos outras duas irmandades negras foram fundadas no ambiente urbano de Piratininga, a primeira por decisão dos próprios negros e a segunda por iniciativa de religiosos, o que sugere uma maior presença da gente preta na vila e a disseminação do catolicismo entre os escravizados paulistanos. A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, organizada pelos irmãos do Rosário para a devoção aos santos negros etíopes, teve provisão em 1758 assinada por Dom Frei Antônio da Madre de Deus (ARROYO, 1954, p. 191), e por quase 40 anos dividiu o mesmo templo com os negros do Rosário até serem autorizados a ocupar um outro edifício localizado na região que viria se chamar “Cidade Nova”. A Irmandade de São Benedito, criada pelos franciscanos a priori para o exercício católico de seus escravizados, deve iniciou suas reuniões em meados de 1750 – conforme o primeiro Livro de Assentamento dos Irmãos localizado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo –, fundando em São Paulo o culto ao frei negro que à época ainda não estava canonizado (ROWER, 1991, p. 18). Ao longo do século XVIII outros pretos se afiliaram a esta instituição, contudo, mesmo animados para a construção de um templo próprio, nunca saíram da igreja dos franciscanos.

Os negros que viviam no contexto escravista logo passaram a compreender que a afiliação à irmandade os capacitava juridicamente para a aquisição de bens, e que o patrimônio adquirido seria capaz de proporcionar o destaque social – até mesmo aos escravizados –, fazendo com que homens e mulheres socialmente marginalizados fossem inseridos nas disputas territoriais travadas no plano urbano colonial. Conforme Fritz Teixeira Salles (1963), “[...] cada irmandade era proprietária, com direitos civis reconhecidos, das igrejas ou capelas que construíam, do cemitério onde eram sepultados seus irmãos falecidos, imagens, utensílios e mobiliário dos seus respectivos templos” (SALLES, 1963, p. 18), deliberação que fez com que as irmandades católicas, embora dispositivos obrigatórios a todas as pessoas que viviam nas cidades, se interessassem pela

\* Fabricio Forganês Santos é Arquiteto e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC/UNESP), ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-1540-5858>>. Nilson Ghirardello é Arquiteto e Urbanista, Professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP-Campus de Bauru, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-9347-4795>>.

organização de um patrimônio que assegurasse as diferenças de classes no ambiente religioso, para evidenciar o espólio das irmandades poderosas – que eram frequentadas pelas elites – em contraste ao patrimônio das irmandades dos marginalizados.

A despeito da importância do patrimônio imobiliário constituído pelas irmandades para o destaque social de seus afiliados, há hipóteses de que foi a relevância do lugar de implantação dos templos que selou o destino das irmandades negras e das Igrejas dos Homens Pretos no espaço urbano brasileiro. Devido a isso, a fim de validar a teoria demonstrando a excepcionalidade do ambiente particular dos templos que os pretos ocuparam no núcleo fundacional da cidade de São Paulo, realizaremos uma investigação a partir de documentos manuscritos, fontes iconográficas e cartográficas, cruzando todas elas para fazer uma leitura do espaço urbano paulistano através das referidas igrejas, na intenção de demonstrar que a expropriação das Igrejas dos Homens Pretos paulistanos pode ter se dado também pelo privilégio do lugar de implantação dos três templos.

### **As três Igrejas dos Homens Pretos no ambiente urbano paulistano**

Ao se investigar os aspectos urbanos ou arquitetônicos das Igrejas dos Homens Pretos de São Paulo, há de se levar em conta as transformações que a passagem de vila à cidade provocaram no núcleo fundacional, e que foram templos utilizados pelos pretos a partir de três condições diferentes: uma construção original em terreno desvalorizado, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; uma construção original em região já valorizada, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia; e a expropriação de uma igreja inserida num ambiente pulsante, a Igreja de São Benedito. Não obstante as condicionantes do momento em que tais edificações se transformaram em espaços do catolicismo negro, cabe ressaltar que a história de cada um destes prédios seria delineada pelo contexto escravista, sendo as intervenções acometidas a tais enclaves mais em resposta às pressões causadas por agentes externos do que por iniciativa dos afiliados.

Segregados socialmente, os negros se viram impelidos a criar seus lugares específicos de reunião, organizando-se celeremente à autorização de suas irmandades para ocupar suas igrejas particulares, ainda que a finalização delas tardasse mais do que aquelas utilizadas pelos devotos brancos. Tal contexto pode ter sido a razão pela qual os irmãos em 1721 já expressassem seu desejo por cultivar a devoção mariana em capela própria, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, enviando uma representação ao rei de Portugal para solicitar, além do permissão para a construção, o favorecimento “*com um sino, e um ornamento para tres altares-mór e dois colaterais*” (ARROYO, 1954, p. 204). Desta primeira solicitação não há documento que confirme a doação régia, contudo o *Título de Ereção e Instituição da Capella de N. Sra. do Rozário dos Pretos*, confirma a existência deste primeiro edifício: “*Nesta Cid.e veneramos a Virgem Santíssima Senhora do Rozario, collocada pellos pobres escravos pretos com toda a devoção na Capella, q. edificarão [sic]*” (ACMSP, Livro de Tombo da Sé, p. 17).

Embora o documento tenha sido produzido após 1745, Leonardo Arroyo supôs que a capela citada tenha sido construída pelos pretos antes mesmo da provisão que Domingos de Mello obteve em 1725 (ARROYO, 1954, p. 205). O texto da provisão traria alguns esclarecimentos importantes acerca das adversidades encontradas pelos irmãos para a ereção de seus templos, como a obrigatoriedade da presença na irmandade

de alguém que o custeasse, no caso o ermitão Domingos. (AMARAL, 19991, p. 39). Mesmo com a boa fama do ermitão, o dinheiro das esmolas teria sido transferido para um tesoureiro escolhido pelo vigário, autoridade responsável também por “examinar e aprovar” o lugar destinado à construção da nova igreja.

Posicionado ao final da via conhecida como Rua de Manuel Paes de Linhares – devido a existência da casa do sertanista desde meados do século XVII – e antes da ladeira que conduzia os paulistanos ao Caminho da Luz – utilizado pelos tropeiros como rota para as Minas Gerais (CAMPOS, 2006, p. 27) –, o lote naquele momento não era um dos mais valorados de São Paulo por estar distante da Sé, sendo até considerado adequado ao isolamento de doentes, como mostra o documento de 1749:

*“[...] requereu o procurador deste Senado que porquanto estava devoluta uma morada de casas que ficavam por detrás do quintal de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos as quais ficam olhando para o rio de São Bento, que foram de Tristão de Oliveira e hoje de seus herdeiros, que se tomassem as ditas casas quando para isso fosse necessário para recolher algum bexiguento[...]”.* (AMARAL, 1991, p. 42)

Além deste documento, outros mais consideraram o lugar de fundação da primeira Igreja dos Homens Pretos de São Paulo com todas as características desqualificadas de um subúrbio colonial, isolado dos prédios mais importantes e descuidado em seus aspectos naturais. Contudo, mesmo “*em pleno campo, eivado de barbas de bode*”, como julgou Raul Joviano do Amaral (1991), a posição geográfica de “*cabeça de morro*”, expressão utilizada pelo mesmo autor, garantiu destaque à igreja no panorama da vila, principalmente pelo vazio que a morfologia do “quintal dos jesuítas” proporcionou ao lote escolhido pelos negros. Este vazio seria ainda o gerador do caminho tortuoso estabelecido para o acesso da igreja dos pretos ao núcleo fundador – a Rua Manuel Paes Linhares –, e seu desnível topográfico, que impediu a instalação das moradias nos setecentos, deu ao enclave a sensação de despovoamento e distanciamento da Sé até as primeiras décadas do século XIX.

Entretanto o “distanciamento” da Sé não chegou a ser um impedimento para inserir a igreja dos malungos no trajeto das procissões mais importantes realizadas na vila de São Paulo desde 1740, uma delas a Procissão da Bula da Santa Cruzada, sistema colonial de arrecadação monetária que desde a sua instituição em 1748 reservou um momento especial no templo dos pretos, muitas vezes o ponto de partida do cortejo (AHMSP, Doc 715, 8 de fevereiro de 1796). Para Nestor Goulart (2004), o Rosário dos Pretos teria se beneficiado indiretamente pela consagração dos “Quatro Cantos” entre os paulistanos: o pequeno comércio instalado neste cruzamento motivou os habitantes a caminhar pelas ruas Direita e de São Bento, ficando a Rua “*que vae do pateo da Sé para Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*” (SANT’ANNA, 1952, p. 75) ou simplesmente Rua do Rosário, como o caminho de retorno para o núcleo inaugural de Piratininga (REIS, 2004, p. 40). Não obstante a vida profana, o trajeto dos préstitos paulistanos contemplaria sempre o triângulo conformado pelas ruas Direita, São Bento e Rosário.

Mesmo presente no trajeto das principais procissões paulistanas desde meados do século XVIII, as obras da Igreja do Rosário dos Homens Pretos se arrastaram pelos oitocentos por dificuldades inerentes ao projeto arquitetônico ou pela falta de recursos. As fotografias da década de 1860 (fig. 1) apresentam a fachada frontal do templo já finalizada, contudo uma correspondência dos irmãos enviada à Câmara Municipal em 1872 nos dá indícios



**Figura 1:** Rua do Rosário dando perspectiva à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Militão Augusto de Azevedo. Ca. 1862/63. Fonte: Álbum Comparativo da cidade de São Paulo organizado pelo Exmo. Sr. Washington Luiz Pereira de Souza Prefeito de S. Paulo. Imagem 204. Acervo Hapag Garage. Domínio Público.

de que o interior ainda não estava concluído em razão de uma provável falta de fundos: “[...] e não tendo a mesma Irmandade os meios necesarios [para o reparo de calçada] visto que os seus renditos são poucos e que a quantia proveniente da desapropriação tem que ser empregada no douramento da igreja, compra de damascos e paramentos q, necessita a mesma igreja [...]” (AHMSP, Correspondência de 11 de junho de 1872). Quanto ao exterior desta igreja, Visconde de Taunay deixaria por escrito as impressões de quem percorreu seu entorno no ano de 1865:

*“Estreei meu álbum desenhando os aspectos da Igreja do Rosário, pertencente a uma irmandade de pretos. É relativamente grande e tem uma única torre com dois andares acima do coro [...]. Da janela do hotel pude desenhá-la a torre da igreja do mosteiro de São Bento, menos volumosa e mais elegante do que a da sua vizinha”.* (BRUNO, 1981, p. 82)

O espaço urbano constituído ao redor da Igreja do Rosário foi se consagrando paulatinamente como um importante lugar do catolicismo negro de São Paulo. A relevância da edificação naquele enclave, como ponto de fuga na perspectiva de quem caminhava pela Rua do Rosário, e como monumento urbano destinado exclusivamente ao acolhimento de gente preta, fez com que muitos negros passassem a habitar o entorno desta igreja, geralmente em casas simples que se abriam em quitandas, onde se dedicavam à venda de frutas, legumes e hortaliças, além de comidas inspiradas na culinária africana (MARTINS, 2003, p. 82, apud ARROYO, 1954, p. 208), refazendo vínculos ancestrais e reestabelecendo redes de sociabilidade. Esses encontros no entorno do Rosário certamente despertaram o interesse de outros negros em aderir à irmandade católica ali fundada ou apenas participar dos festejos realizados à Nossa Senhora do Rosário, ocasião em que executavam músicas próprias e danças defronte à Igreja (MARTINS, 2003, p. 324), duas das muitas tradições africanas recuperadas que refletiram o modo muito particular de demarcação da territorialidade diaspórica no espaço urbano brasileiro.

O conjunto arquitetônico do Rosário dos Homens Pretos abrigou também um cemitério ao lado da igreja, onde foram realizados muitos funerais, alguns certamente seguindo ritos inculturados. O campo santo, que funcionou a partir do final do século XVIII, foi desativado em 1872, juntamente com algumas casas contíguas ao templo – no beco de acesso à Rua São Bento onde estavam as quitandas de alguns africanos – para a criação do Largo do Rosário, obra urbana idealizada pela Câmara Municipal que objetivou a ampliação do espaço defronte à igreja para a melhoria das atividades religiosas e implantação de projetos civis como um chafariz, que permaneceu naquele enclave de 1874 a 1893. (MARTINS, 2003, p. 325).

O Largo do Rosário, recém valorizado sofreria outras transformações urbanas em atenção aos interesses da elite paulistana. A Rua do Rosário, que em 1846 passou a se chamar Rua da Imperatriz, teve nova alteração toponímica no final do século XIX, vindo a ser conhecida como Rua XV de Novembro após a Proclamação da República. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, testemunha dos tempos coloniais naquele entorno que conformava a zona comercial mais cosmopolita da cidade de São Paulo, apesar das remodelações na fachada (figura 2) e no seu interior, conseguiria resistir em sua integridade física somente até os primeiros anos do século XX, quando foi destruída para dar espaço ampliação do Largo do Rosário.

**Figura 2:** Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Autor Desconhecido, Ca. 1900. Fonte: Álbum Comparativo da cidade de São Paulo até o ano de 1916 organizado pelo Exmo. Sr. Washington Luiz Pereira de Souza. Imagem 441. Acervo Hapag Garage. Domínio Público

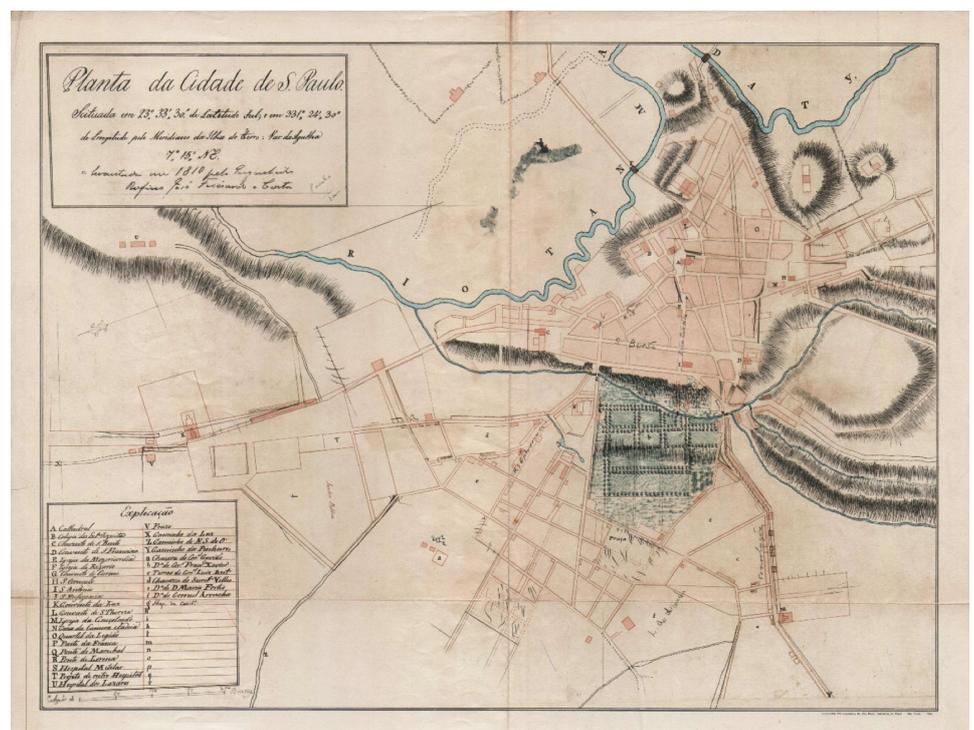


Ao contrário do que acontecera com os irmãos do Rosário, os negros devotos de Santo Elesbão e Santa Efigênia tiveram seu primeiro templo, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia, erguido em lugar de muito prestígio, a “Cidade Nova”, idealizada no governo de José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786-1788) para ser habitada pela elite paulistana. Este certamente não era o contexto quando os negros escolheram este lugar, haja vista que antes de 1770 a área não passava de um matagal recortado pelo Caminho da Luz, lugar ermo que servia às vezes de esconderijo para os escravizados foragidos (JORGE, 1999, p. 61). Contudo, no final dos setecentos, quando os pretos se apropriaram destas terras e, principalmente em 1801, quando o Príncipe Regente autorizou a irmandade a ocupar sua capela (ARROYO, 1954, p. 192), os devotos de Santo Elesbão e Santa Efigênia puderam instituir o segundo território do catolicismo negro de São Paulo no espaço urbano mais privilegiado da cidade.

**Figura 3:** Planta da Cidade de S. Paulo, levantada em 1810 pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa. Fonte: Acervo digital do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Obs.: o núcleo fundacional de São Paulo de Piratininga neste mapa é a área limitada pelos rios, e o loteamento em retículas localizado nesta cartografia mais abaixo do rio diz respeito ao que na época se chamou de “Cidade Nova”, lugar de implantação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia.

O plano de expansão da cidade de São Paulo para além do Rio Anhangabaú surgiu em razão do crescimento contínuo da população paulistana a partir da década de 1770, decorrente do aumento das riquezas na capitania. Neste período, que coincidiu com o fortalecimento da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, foram realizadas obras de pontes que corroboraram para ocupação das áreas além dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, onde já estavam as terras dos mais ricos paulistanos. De acordo com Amália Santos (2013), o projeto da “Cidade Nova”, publicado pela primeira vez na Planta da Cidade de S. Paulo levantada por Rufino José em 1810 (figura 3), recortou com vias retilíneas a área a Oeste do platô de Piratininga, criando lotes de várias dimensões que foram prontamente adquiridos pelos mais abastados da cidade, dentre eles alguns clérigos, militares, e funcionários da administração pública.



Os pedidos de cessão destas terras por particulares foram recorrentes até a primeira década do século XIX, o que favoreceu, pelo poder aquisitivo destes novos moradores, que a presença de pretos escravizados por esta região fosse ampliada (SANTOS, 2013, p. 84).

O interesse da elite paulistana nos lotes da “Cidade Nova” fez com que a Igreja de São Paulo se apressasse à criação de uma nova freguesia e paróquia: a de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia. A provisão, assinada pelo bispo Dom Matheus de Abreu Pereira em 1809, alçou a capela dos pretos ao status de matriz paroquial (ACMSP, Livro do Tombo da Sé nº 1, p. 82), agilizando conseqüentemente as obras da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia, de posse dos negros, mas regida espiritualmente por um vigário secular escolhido pelo bispo.

A instituição de uma nova paróquia e a concentração de parte destas terras nas mãos da elite paulistana, todavia, não asseguraram o glamour desta região por muitos anos, já que o comércio da cidade se solidificava cada vez mais longe dali, nas proximidades dos “Quatro Cantos”, e ainda que nas décadas seguintes a freguesia de Santa Efigênia fosse a área de maior crescimento populacional de São Paulo, grande parte da elite ainda preferia manter suas moradas no “triângulo histórico de Piratininga”. Ainda assim, conforme a pesquisa de Allan Kato (2017), os vínculos da elite com a freguesia de Santa Efigênia não se encerraram tão cedo, haja vista muitos dos imóveis desta região terem como donos os paulistanos mais ilustres daquela época, especialmente na Rua de Santa Efigênia, onde estavam as propriedades majestosas do mosteiro de São Bento e de alguns militares, além da casa simples que era da própria Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (KATO, 2017, p. 135). Não obstante o poder aquisitivo de alguns proprietários, em 1809 o valor praticado para os aluguéis dos imóveis desta freguesia estava entre os mais módicos da cidade São Paulo, especialmente aqueles posicionados mais longe da Igreja Matriz de Santa Efigênia, onde moravam pessoas de condição social mais baixa (Ibid., p.25). A presença de pessoas mais pobres nesta região não teria sido majoritária na primeira década dos oitocentos, mesmo assim, nas ruas desta freguesia não foram identificados pontos comerciais até meados do século XIX, nem mesmo na via que margeava a matriz.

O contexto imobiliário apresentado na freguesia de Santa Efigênia era, sobretudo, o reflexo da maneira como o plano da “Cidade Nova” tinha sido recebido pelos diferentes grupos sociais que habitavam a cidade de São Paulo no início do século XIX. Utilizando como exemplo os dados populacionais de 1825 para esta freguesia, identifica-se pouca oscilação entre os pretos, brancos e pardos, porém considerando que a soma dos povos marginalizados – pretos e pardos – seria estimada em 67% dentre aqueles habitantes (JORGE, 1999, p. 64), entendem-se os motivos pelos quais esta região entrou em um processo de desvalorização desde esta época, chegando ao final dos oitocentos com as mesmas características de um subúrbio colonial.

As obras da Igreja de Santa Efigênia refletiriam a história da ocupação desta área e as vicissitudes desta freguesia. O interesse dos irmãos por este local data de 1768, quando o juiz da irmandade solicitou à Câmara Municipal um terreno para transferir o culto dos padroeiros africanos, constituírem patrimônio e edificarem o seu templo particular, “*as terras que se acham vagas que principiam dos vallos velhos até o caminho que vem do aniceto a entrar na estrada da Lu*” (Actas da Câmara Municipal de S. Paulo. Vol. XV, p. 393). Sobre o período de construção da primeira capela, Clóvis Jorge (1999) e João

Rossi (2020) em trabalhos mais recentes, revelariam que o primeiro templo dedicado à Santa Efigênia teria sido edificado antes 1794, sendo uma construção original erguida pela irmandade em um terreno desabitado. A hipótese destes dois autores seria a mais coerente quando confrontada com as fontes primárias encontradas, principalmente a solicitação de terras feita pela Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, a julgar que, se no terreno ou próximo dele já existisse alguma edificação destinada ao culto católico, provavelmente ela seria citada no requerimento de 1768. Mesmo com tal constatação, há ainda um outro documento importante do século XVIII, o *Termo de Vereança de 26 de julho de 1783*, encontrado em pesquisa nas Atas da Câmara Municipal de São Paulo (Actas da Câmara Municipal de S. Paulo. Vol. XVIII, p. 50), que além de confirmar a doação de terras feita pelos camaristas esclarece, por meio de uma imposição, que as obras iniciadas na capela seriam de protagonismo exclusivo dos próprios malungos, conforme o trecho abaixo:

*“[...] se mandou passar um mandado ao alcaide deste Senado notificar ao **juiz e mais irmãos da mesa da Irmandade de Santa Ephigênia e São Elesbão** para no termo de setenta dias **continuarem com as obras nas terras que este Senado lhes deu** na rua Nova do Acú com a pena de que assim o não fazendo ficarão devolutas e se darem a quem pedir e que dentro do dito tempo apresentarão neste Senado a carta que tem das ditas terras e o alcaide passará a certidão da notificação que tudo entregará ao escrivão deste Senado.” (grifo nosso)*

Para o ano de 1794, todavia, há consenso entre os autores pesquisados como sendo a época do traslado das imagens de Santo Elesbão e Santa Efigênia para a primitiva capela (ARROYO, 1954, p. 192; SOUZA, 2004, p. 267; ACMSP, Livro do Tombo da Parochia de Santa Ephigênia 1887-1904, p. 1v; ROSSI, 2020, p. 226), e para o mês de janeiro de 1795, os mesmos pesquisadores concordam que fora rezada a primeira missa dos irmãos no novo templo católico (Idem; MARQUES, 1953, p. 240; JORGE, 1999, p. 62). Estando resolvido o abrigo para a realização das celebrações e das reuniões da irmandade, as atenções dos paroquianos se voltariam para a construção do cemitério, uma vez que na autorização régia de 1801 aos irmãos lhes estariam *“negadas as sepulturas dentro da igreja”* (ACMSP, Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e de Santa Iphigenia 1813, p. 9 v e 10). O campo santo de Santa Efigênia, demarcado no terreno atrás da Igreja Matriz com acesso pelo lado direito do templo, foi bento pelo vigário Antônio Joaquim da Silva na data de 19 de março de 1812 (ACMSP, Livro de Tombo da Parochia de Santa Iphigenia 1809-1853, p. 3), ficando a freguesia contemplada com os equipamentos imprescindíveis para a vida cidadina colonial: o lugar de exercício da prática católica e o local de descanso da alma do fiel.

A partir de 1817, o retorno das obras da igreja teve como objetivo valorizar a altivez daquele templo, posicionado em lugar destacado na paisagem dos vales e casarios de ambiência da freguesia. A construção da torre sineira do templo seria de grande interesse para a irmandade negra contudo, a falta de recursos da fábrica da igreja e dos paroquianos obrigou o vigário a recolher e reaproveitar as toras de madeira abandonadas da desabitada Igreja de Nossa Senhora do Montserrat da aldeia de Pinheiros (ACMSP, Livro de Tombo da Parochia de Santa Iphigenia 1809-1853, p. 51). Um documento de 1825 informa que as alfaias da igreja de Pinheiros também foram salvaguardadas na matriz de Santa Efigênia (Ibid., p. 52 - 67), o que sugere que a paróquia passava por dificuldades na obtenção de recursos para a realização dos sacramentos.



**Figura 4:** A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia. Autor Desconhecido. Ca. 1905. Fonte: Álbum Comparativo da cidade de São Paulo até o ano de 1916 organizado pelo Exmo. Sr. Washington Luiz Pereira de Souza. Imagem 189. Acervo Hapag Garage. Domínio Público.

Erguida e estabilizada a torre da Matriz de Santa Efigênia (fig. 4), os olhos dos moradores de toda São Paulo se voltariam para ela, não pela beleza arquitetônica, mas pelos elementos decorativos que ela portava: os sinos. A primeira citação do grande incômodo que o toque destes sinos ocasionava aos paulistanos data de 1835, quando a Câmara Municipal enviou uma representação ao bispo Dom Manoel Joaquim considerando abusivo o som emitido pela torre de Santa Efigênia. Na ocasião, segundo Arroyo, o vereador Joaquim Olinto de Carvalho ofereceria um projeto de postura para multar os fabriqueiros pelo abuso dos dobres de sinos (MARX, 1989, p. 99), sendo recorrente nas atas a cobrança aos infratores de Santa Efigênia. O problema dos sinos desta matriz ainda entraria nas pautas da Câmara nos anos de 1839, 1841, 1847, 1848 e 1850, requerendo por diversas vezes os fabriqueiros o abono da multa, o apoio financeiro da Câmara para novas fundições, e a autorização para a reinstalação dos diferentes sinos (JORGE, 1999, p.64-66). Mesmo com as constantes renovações, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia ficaria conhecida na história de São Paulo oitocentista como a “Igreja dos sinos quebrados” (ARROYO, 1954, p.189).

A igreja dos pretos de Santa Efigênia sofreria ainda outras reformas simultâneas aos reparos dos sinos. Na sessão da Câmara de 5 de maio de 1838, os vereadores aprovariam a destinação de Rs 400\$000 réis para reparos no edifício, ainda que não fossem mencionados quais seriam (JORGE, 1999, p. 64). Já o documento de 7 de setembro de 1842, uma carta que o pároco José Joaquim Barbosa enviou à Câmara, anexava uma relação de serviços necessários, que eram o retelho, o reboco das paredes da torre e a troca do assoalho do interior do templo, considerando-se que o antigo

estava em péssimo estado. O vigário ainda insinuaria a necessidade do aumento da capela-mor afastando o retábulo para fora dos limites da edificação, dando mais espaço para os fiéis nas festividades religiosas (Ibid., p.65). Quanto à finalização da igreja, no Livro de Tombo, o pároco José de Camargo Barros informaria que em 1863, quando foi nomeado vigário Antônio Guimarães Barroso, o templo tinha a fachada frontal inacabada, estando preservada de animais apenas por um simples tapume, obra concluída um ano depois na gestão de outro pároco, o vigário Flaminio Alvares Machado Vasconcellos (ACMSP, Livro do Tombo da Paróquia de Santa Efigênia 1887-1904, p. 2). O amplo largo à frente da Matriz de Santa Efigênia preservaria a relevância do edifício religioso naquele enclave, acentuando seu destaque por estar no alto de uma ladeira e como ponto focal de quem rumava pela via Nova do Acú, desde o platô de Piratininga para o interior da freguesia; este ambiente teria sido utilizado muitas vezes para danças e músicas durante os festejos do catolicismo negro. Sobre a maneira como os pretos se apropriaram deste enclave, o jornal *Correio Paulistano* em 1854 informaria, ainda que na coluna destinada a assuntos de polícia, que grandes reuniões de negros escravizados se realizavam no entorno da Igreja de Santa Efigênia, principalmente nos dias santificados, ocasião em que aconteciam os “jogos de escravos”. (HDB, *Correio Paulistano*, 1854, edição 00045, p. 4)

Embora fundada por uma irmandade de pretos, o fato de ser a matriz paroquial fez com que a Igreja de Santa Efigênia fosse frequentada também por pessoas brancas, especialmente alguns membros da elite paulistana, que se fizeram mais presentes na paróquia com importantes doações nas últimas décadas do século XIX. Tal circulação nos bastidores da igreja pode ter corroborado para as ações agenciadas pelo vigário José de Camargo Barros contra os irmãos a partir de 1888, cujo resultado foi a dissolução da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia em maio de 1890. A Igreja erguida pelos pretos para cultuar Santa Efigênia e Santo Elesbão resistiria fisicamente como matriz da freguesia de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia até o ano de 1911. Ao ser destruída, um novo templo foi erguido no mesmo terreno, cuja tipologia neorromânica atendia às diretrizes da Igreja em processo de romanização, e os desejos dos novos paroquianos e financiadores por frequentar um templo com arquitetura inspirada em modelos internacionais.

A história da Igreja de São Benedito se funde com a do convento dos franciscanos de São Paulo por uma simples razão: o templo que os negros batizaram com o nome do santo preto entre 1850 e 1910 era a mesma igreja que religiosos dedicaram ao Pai Seráfico São Francisco no século XVII. Contudo, como os devotos de São Benedito não construíram uma igreja própria, pulando etapas que os outros irmãos experimentaram – como a da escolha do terreno e a da construção de seu templo próprio –, faz-se necessária a apresentação de alguns espaços onde se deram, de maneira intuitiva, as práticas do catolicismo negro no terreno franciscano, especialmente a senzala, o largo, o cemitério, e a igreja propriamente dita.

Erguida em uma das extremidades do platô de Piratininga, na parte alta do espigão que se constituiu num dos vértices do “triângulo histórico”, a Igreja de São Benedito fez parte do complexo arquitetônico dos franciscanos, que em algum momento, além deste templo e da Capela da Ordem Terceira da Penitência, contemplou ainda a residência dos religiosos, um cemitério, um largo com um imponente cruzeiro e uma senzala. É certo que, excetuando as igrejas, nem todas as outras edificações resistiram

ao longo dos três séculos de presença franciscana em São Paulo, todavia, a utilização destes prédios segundo os interesses momentâneos dos religiosos e as adaptações realizadas neles em concordância com a história local, asseguraram notoriedade ao lugar do convento, razão das muitas disputas travadas entre os devotos de São Benedito e os religiosos.

Originalmente, o terreno ocupado pelos franciscanos era despovoado e distante da Sé de São Paulo. Sua demarcação levou em conta a morfologia do lugar, configurando um grande retângulo até os limites onde as terras iam se precipitando em declive para o Rio Anhangabaú, o que favoreceria a produção de subsistência. Após a execução do cercado – cuja parte do desenho ainda preservada no ambiente do Largo de São Francisco –, os religiosos iniciaram a construção da primeira capela de São Francisco, que posteriormente seria incorporada a outros edifícios, reunindo no platô de Piratininga tudo que era necessário para o estabelecimento colonial.

Não há provas quanto à presença de negros no Convento de São Francisco de Piratininga desde a época das primeiras construções, ainda que muito provavelmente já estivessem atuando nestes primeiros edifícios. Conforme Nuto Sant’Anna (1952), a senzala surgiu no terreno dos franciscanos apenas no século XVIII, camuflada entre os capinzais e o vale onde os próprios escravizados trabalhavam na cultura (SANT’ANNA, 1951, p. 204). Embora a extensão de terras ao redor do convento deixasse dúvidas quanto ao local exato onde este abrigo estava implantado, Murillo Marx (1989) encontraria dados em documentos de 1726 que podem ajudar na elaboração de hipóteses acerca do lugar desta senzala e de como ela se articulava com o principal corpo arquitetônico do convento.

Na pesquisa de Marx, a informação da senzala dos franciscanos aparece, pela primeira vez, em queixas apresentadas nos documentos da Câmara quanto ao recurso de direito de asilo a que muitos prisioneiros foragidos recorriam quando punham seus pés no adro, na igreja ou no claustro dos franciscanos (GONÇALVES, 2015, p. 60). A precariedade da cadeia e a aproximação com o adro e Convento de São Francisco fez com que os camaristas percorressem os arredores da enxovia para propor um novo arranjo urbano que incluiria, segundo as autoridades civis, a destruição da senzala, como consta em três citações: na primeira, sugeririam o embargo no *“senzallao do convento”* feito na rua de maneira displicente, sem dizer o topônimo onde a edificação tinha sido construída; na segunda pediriam para *“demulir a senzala que toma serventia da estrada de Santo Amaro”*; e na terceira, ordenariam a demolição da senzala que estava *“na estrada e serventia dos moradores da rua verde contígua”* ao convento (MARX, 1989, p. 134). Com base nos trechos das atas e levando-se em conta o local onde estava implantada a cadeia entre 1720 e 1770, é possível supor que tal senzala estivesse à esquerda do conjunto das igrejas, deslocada no corpo principal do convento, implantada em região de provável declive e, ainda que dentro do cercado dos franciscanos, cercada pela natureza da várzea do rio, como indicou Sant’Anna. A relevância da informação é porque, ainda que as igrejas já existissem, é possível que o estabelecimento do culto à São Benedito entre os escravizados tenha se dado nesta senzala, tendo em vista que a existência deste abrigo hostil data de 1720 e a instituição da irmandade pelos religiosos se deu somente na década de 1750 (ROWER, 1951, p.118).

Mesmo sem o conhecimento de outras fontes primárias que revelem o destino do tal edifício, é possível supor que os franciscanos tenham atendido a solicitação dos camaristas em 1745, removendo a senzala quando iniciaram obras no convento. Tal momento selaria o acesso dos pretos à Igreja de São Francisco, haja vista por esta época, de acordo com os documentos estudados por Rower, os malungos terem permissão de colocar a imagem de São Benedito em lugar destacado num dos altares do templo, ao lado de Santo Antônio (Ibid., p. 118). A oportunidade teria animado os pretos na organização da devoção, solicitando uma imagem do padroeiro negro em tamanho maior, que fora ofertada pelo bispo Dom Antônio de Madre Deus em 1751. De posse da nova imagem, os irmãos decidiram então construir uma capela fora do convento, no Adro de São Francisco, ao lado do cruzeiro, em terreno doado pelos próprios religiosos. O projeto, contudo, não seguiu adiante uma vez que os franciscanos declinaram da cessão das terras, e os pretos de São Benedito, segundo Frei Basílio, decidiram não edificar um templo fora dos limites do convento para não ficarem sob a jurisdição do bispado, restando então à irmandade o culto do santo preto na igreja de São Francisco (Ibid., p. 119).

**Figura 5:** Largo do Capim visto a partir da Rua de São Bento. Militão Augusto de Azevedo. Ca. 1862/63. Fonte: Biblioteca Mário de Andrade. Domínio Público.

Na fotografia vê-se o cruzeiro localizado à frente da Igreja de São Francisco. O frontão do lado direito é da fachada frontal da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, e o telhado do lado esquerdo do edifício conventual, onde foi instalada a Academia.

O Adro de São Francisco sofreria reformas com o passar dos anos, passando a ser conhecido como Largo do Capim em 1800 (SANT'ANNA, 1952, p. 205) e como Largo do Curso Jurídico, quando a Academia de Ciências Jurídicas e Sociais foi fundada nas dependências do convento em 1828 (MARQUES, 1951, p. 204). O cruzeiro de pedra, presente em todos os adros franciscanos, foi retirado no final do século XIX. Embora seguidamente alterado, o ambiente à frente das igrejas franciscanas de São Paulo permaneceria palco para execução de músicas e danças nas festividades de São Benedito até o início do século XX, como revelam as notícias de jornal da época.



A instalação da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais ocasionaria muitas mudanças na maneira como os religiosos e os leigos utilizavam os ambientes conventuais. A implantação dos cursos no Convento de São Francisco, segundo João Rossi (2020), foi indicação de José Arouche de Toledo Rendon, que considerou o local como o único em São Paulo com espaços adequados à Academia, como salas adaptáveis para aulas e uma grande biblioteca, que estava organizada a partir do acervo pertencente ao Colégio dos jesuítas (ROSSI, 2020, p. 224). Ao adentrar pela porta que ficava à esquerda da Igreja de São Francisco, os estudantes passariam pelo claustro e teriam acesso às salas de aula localizadas no pavimento superior do edifício conventual. Esta circulação de alunos nas dependências franciscanas impôs um novo arranjo às atividades religiosas do edifício, fazendo com que a Irmandade de São Benedito transferisse seu orago para a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, dividindo o templo com os terceiros até o ano de 1852.

O convento de São Francisco passaria por dificuldades nos anos após a Proclamação da Independência, decorrente da perseguição do imperador contra às Ordens Religiosas no Brasil. Tendo o número de frades bastante reduzido e sofrendo ameaças de prisão e extradição, o convento ficou desocupado de religiosos a partir de 1850, passando a administração para os cuidados dos irmãos da Ordem Terceira. À esta época, os pretos iniciariam uma disputa pela Igreja de São Francisco, tomando as chaves do templo, colocando o santo negro no altar-mor (ROWER, 1951, p. 119) e batizando o edifício com o nome de Igreja de São Benedito.

No período que vai de 1852 a 1910, a proximidade com a Academia fez com que a Irmandade de São Benedito recebesse muitos afiliados brancos, membros da elite paulistana e intelectuais da Academia, devotados em lutar a favor dos direitos dos pretos. Com a proteção deles, os irmãos conseguiriam recursos para a realização de grandes festividades católicas e a aquisição de imóveis, como consta nas atas da irmandade (APFICB, Livro de Despesas e Receitas da Irmandade de São Benedito 1870-1889). Embora nenhuma reforma tenha sido identificada na Igreja de São Benedito, há notícias da existência de um cemitério próprio da irmandade na parte posterior das igrejas, especificamente nos fundos da Igreja da Ordem Terceira, onde também haveria uma capela cemiterial. (APFICB, Transcrição das Atas da Irmandade de São Benedito 1850-1875, 1910).

A relevância da Igreja de São Benedito como lugar dos debates abolicionistas na cidade de São Paulo excedeu a importância do ambiente para atividades religiosas, ainda que o templo mantivesse sua estrutura física como um refúgio para os negros de outras irmandades paulistanas. Com o retorno dos franciscanos no final do século XIX, a ocupação da antiga Igreja de São Francisco estaria ameaçada, principalmente por se tratar de um lugar privilegiado no “triângulo histórico de Piratininga”. Após dois anos de conflitos entre os franciscanos e os pretos, o arcebispo deliberaria pela anulação da Irmandade de São Benedito, que em 28 de abril de 1910 acabou perdendo o direito de usufruir da igreja.

## Considerações finais

Além de marcos da colonização, as igrejas implantadas no ambiente fundacional de São Paulo assumiram o papel de categorização no plano urbano da cidade, atuando

como um retrato da estratificação da sociedade brasileira: a elite branca ocupando os ambientes mais centrais ou com as vistas mais privilegiadas do platô, e os grupos marginalizados acomodados nos lugares que a autoridade hegemônica considerava os mais desfavorecidos.

Os pretos seriam desde sempre os mais segregados no traçado colonial brasileiro, entretanto, na cidade de São Paulo, os lugares onde suas primeiras igrejas foram fundadas gozaram de prestígio por algum tempo, em modelos de implantação incomuns se comparado ao ambiente das Igrejas dos Homens Pretos de outras cidades brasileiras, em sua maioria lugares distantes dos núcleos fundacionais não integrados à vida civil e religiosa da elite local. Tal benefício, alcançado indiretamente pelo sucesso da economia paulista, também atuou como adversário dos negros, tendo em vista as pressões que todas as três irmandades sofreram até serem desalojadas de suas igrejas entre os anos de 1890 e 1910.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia foi a primeira de todas as três a ser expropriada, no ano de 1890, após um longo período de litígio entre o vigário José Barros e os irmãos negros pela posse do templo. Além da tomada de todo o patrimônio constituído pelos pretos, o desfecho deste episódio teve ainda a dissolução da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (QUINTÃO, 2002, p. 135-136). A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos teve sua destruição promulgada em 1903 (AHMSP, Livro 1982. Lei nº 698/1903), objetivando a ampliação do Largo do Rosário, que aquela época configurava parte do circuito do comércio de luxo de São Paulo; a elite considerava destoante a presença de pretos neste ambiente cosmopolita. Por fim, a Igreja de São Benedito foi tomada pelos franciscanos em 1910, após um longo período de disputas que corroborou também na dissolução da irmandade negra, haja vista o interesse da Igreja de São Paulo no controle destes leigos (ROWER, 1941, p.120).

Ambos os territórios do catolicismo negro paulistano foram tomados pelos poderes temporal ou espiritual para cumprir objetivos próprios, na maioria das vezes em atenção aos desejos da elite paulistana por “europeizar” e “branquear” a capital. Ao comparar o ambiente das três Igrejas dos Homens Pretos com o de outras igrejas frequentadas também por grupos sociais marginalizados no município de São Paulo, verificamos que a expropriação destes templos se deu principalmente pela valorização destes lugares no plano urbano paulistano da Primeira República. Apesar de se tratar de fatos ocorridos no seio de instituições católicas, este capítulo, para a história urbana negra, pode ser considerado como a gênese do processo de expulsão da população preta da região central para as bordas subalternas da cidade.

## Referências bibliográficas

- ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 1765-1770. Vol. XV. São Paulo: Typografia Piratininga, 1920.
- \_\_\_\_\_. 1783-1788. Vol. XVIII. São Paulo: Typografia Piratininga, 1920.
- ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO – ACMSP. \* Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e de Santa Iphigenia 1813. \* Livro de Tombo da Sé. \* Livro do Tombo da Parochia de Santa Ephigênia 1887-1904. \* Parochia de Santa Iphigenia, Livro nº X. \* Livro de Tombo da Parochia de Santa Iphigenia 1809-1853.

- ARQUIVO DA PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL – APFICB.  
 \* Compromisso da Venerável Irmandade do Glorioso São Benedito de São Paulo 1890.  
 \* Livro de Despesas e Receitas da Irmandade de São Benedito 1870-1889. \* Transcrição das Atas da Irmandade de São Benedito 1850-1875, 1910.
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - AHMSP. \* Fundo CMSP: Assunto: Precisão saída as 8 horas da Igreja do Rosário dos Pretos, Doc 715, 8 de fevereiro de 1796. \* Fundo CMSP: Assunto: Desapropriação de terreno de irmandade e tendo poucos recursos e pretendendo realizar obras na igreja solicita da C.M. o mesmo “lageado”, 11 de junho de 1872. \* AHMSP, Livro 1982. Lei nº 698/1903.
- ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.
- CAMPOS, Eudes. A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos. *Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo* / Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, v. 204, 2006.
- JORGE, Clóvis de Athayde. Santa Efigênia / Clóvis de Athayde Jorge. História dos Bairros de São Paulo, v. 23. *São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico*, 1999.
- KATO, Allan Thomas Tadashi. *Elites, negócios e imóveis no plural: São Paulo nas décadas urbanas e listas normativas (1795-1829)*. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.
- MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554 a 1910)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: Do Sagrado ao Profano*. Série Espaço & Desenho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de S. Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado, 1979.
- REIS, Nestor Goulart. São Paulo. *Vila, Cidade, Metrópole*. São Paulo: Takano Editora Gráfica, 2004.
- RIBEIRO, Jacino. Cronologia Paulista, Vol. II. *São Paulo: Typografia do Diário Oficial*, 1901.
- ROSSI, João. São Paulo Imperial / João Rossi, Paulo de Assunção. *São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo*, 2020.
- ROWER, Frei Basílio. *Páginas da História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1941.
- SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.
- SANTOS, Amália Cristóvão dos. *Em obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775 e 1809*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP. São Paulo: FAU-USP, 2013, 176 p.
- SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole*, Vol. I. *Coleção Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952.
- SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.
- TAUNAY, Afonso de E. História da Cidade de São Paulo sob o Império. (1842-1854). Volume VI. *Coleção da Secretaria Municipal de Cultura*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

Recebido [Mai. 26, 2021]

Aprovado [Fev. 03, 2022]